

## Intervenção Final – Plano e Orçamento 2024

Senhor ...

Não fossem as circunstâncias diferentes, perante um Plano e um Orçamento *copy paste*, esta minha intervenção seria também um *copy paste* da que desta tribuna proferi, em novembro passado.

A Coligação PSD-CDS-PPM chegou ao poder em 2020 por via das vantagens da pluralidade democrática; centraram o seu discurso numa putativa “mudança de paradigma” e numa essencial atenção ao diálogo que “a centralidade do Parlamento” exigia.

No entanto, nem o paradigma mudou, nem a centralidade do Parlamento foi respeitada. Caíram por incumprimento; renovaram o mandato, mais uma vez sem maioria, e fizeram desaparecer do seu discurso as expressões “mudança de paradigma” e “centralidade do Parlamento”.

Nos três momentos mais críticos da afirmação da nossa Autonomia não foram capazes de dar as melhores respostas:

Na pandemia, contrataram um “especialista” externo que cá chegado mandou cercar pessoas, freguesias e vilas, num lamentável atentado às mais elementares liberdades individuais, a coberto de uma teoria que iria salvar vidas... violando reiterada, consciente e compulsivamente a Constituição da República Portuguesa; chama-se tirania sanitária!

Na crise sísmica de São Jorge promoveram o medo com uma incontrolável incapacidade de comunicar em situação de risco. A solução foi meter barcos e aviões para os jorgenses fugirem da ilha.

Agora um incêndio num hospital de referência da Região. A tal circunstância que se alterou. O Governo dramatiza, clama a Lisboa por ajuda e exorta a oposição a ser solidária e responsável, enquanto os profissionais de saúde fazem o que lhes compete e, dia após dia, vão conseguindo reabrir serviços e retomar a assistência aos utentes. Dizem-nos agora, numa prosa difícil de deslindar, que recuperar o hospital custará 25 milhões de euros, o que, “de forma enfática, não sendo um novo hospital, é um hospital novo”?

Mais fácil de perceber é a esperança de que os companheiros de coligação de Lisboa hão-de suportar 85% dos custos desta recuperação. Mais uma vez, que nos valha o centralismo que tanto repudiam, e espera-se que, de facto, estes 85% para o Hospital não sejam como os milhões apregoados

para o Porto das Lajes das Flores, senão bem podemos continuar a ir buscar dinheiro à banca e a aumentar os encargos para as gerações vindouras.

Entretanto, para aproveitar fundos do PRR promovem-se obras em circuitos logísticos terrestres sem urgência e desnecessários, que com exceção da variante à Horta (que sendo necessária está mal traçada), serão atentados económicos e ambientais e deixarão a Região, irremediavelmente, mais pobre e menos sustentável.

Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados,

Não houve uma “mudança de paradigma” na política regional com este Governo de coligação, mas têm-se registado profundas mudanças nos indicadores sociais já bastamente denunciados.

Este é o Governo que se gaba de reservar 16 milhões de euros para ação social escolar, escamoteando que este aumento de 23% de recursos, de um ano para o outro, é sinónimo de pobreza extrema. Se não fosse antítese paradigmática da triste e pobre realidade, seria metáfora do mundo cor de rosa de onde este Governo de coligação disse que queria sair, mas nunca foi capaz de abandonar.

Este é o Governo que se gaba de ter posto fim aos rateios na agricultura, escamoteando que tem pagamentos de apoios aos produtores atrasados há mais de 2 anos, assim como estão os pagamentos do POSEIMA pescas.

Este é o Governo que se gaba de ter uma época alta turística com 15 companhias aéreas diferentes a voar para os Açores, provenientes de 26 origens distintas, escamoteando que as subidas percentuais anuais dos proveitos da hotelaria, não são tão boas se tivermos em conta o aumento da capacidade de camas.

Aliás, neste domínio, estamos perante um Governo que considera a sazonalidade da atividade como uma fatalidade dos destinos turísticos com as características dos Açores, escamoteando que, durante os meses do Inverno, a hotelaria não gera proveitos de alojamento que pague os custos com pessoal.

Este é um Governo incapaz de definir uma estratégia que combata este estigma da sazonalidade, num sector de importância reconhecida como transversal, sazonalidade essa tão acentuada, que os 5 meses de Inverno só representam 15% dos proveitos anuais.

Este é o Governo que parou um processo de privatização da Azores Airlines, mantém a gestão do Grupo sem conselho de administração e permite a

subscrição de acordos com sindicatos que vão rebentar com o que resta da empresa.

Atirando para a frente uma culpa que não assumirá sozinho, este Governo escamoteia que a SATA fechou 2023 com 37 milhões de prejuízos, valor já agravado, só no primeiro trimestre deste ano.

Só a título de curiosidade – e os açorianos precisam saber isto – os prejuízos da SATA, com relevante contributo da Azores Airlines, são de tal ordem que dariam para cobrir 10% das necessidades de financiamento do Serviço Regional de Saúde.

Como se vê, a irresponsabilidade do acionista e a incapacidade da Região são tão grandes, que seremos nós, todos os açorianos, a pagar, mais uma vez, uma decisão desta coligação que quer continuar, tal como se fazia no mundo cor-de-rosa onde se viveu durante 24 anos, a brincar aos aviões!

Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados,

A Iniciativa Liberal tem vindo a alertar, desde o primeiro momento que chegou à vida política regional, para o nível de endividamento desta Região. Não nos calaremos!

O Governo da coligação vai fazendo umas declarações com o intuito de fazer crer que também está preocupado, mas o que se verifica é o contrário. Os Açores, ao contrário da Madeira e da República, fecharam o ano passado com a maior dívida pública da história da nossa Autonomia.

Atingimos um tal patamar de endividamento que, a cada Açoriano, as sucessivas governações regionais já imputaram, sem lhes perguntar se estavam dispostas a pagar, uma dívida de 13.500,00 euros.

Senhor Presidente da Assembleia...

Este Governo refugiou-se, precocemente, sobre si próprio.

Não dialoga; não negocia; não busca consensos.

Este Governo refugiou-se na decisão de não decidir, apelando a outros que assumam responsabilidades que são da Região, colocando em causa a própria Autonomia.

Por isso, terminando como comecei, não fosse a substancial mudança de circunstâncias, e o voto da Iniciativa Liberal não poderia deixar de ser igual ao de novembro do ano passado.

Horta, sala das sessões, 23 de maio de 2024

*O Deputado Regional, Nuno Barata*